

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A 5 de dezembro de 1996, a UNESCO declarou o Centro Histórico do Porto como Património Mundial da Humanidade. “Pelo seu tecido urbano e pelos numerosos edifícios históricos, um testemunho notável do desenvolvimento duma cidade europeia” foram algumas das razões apontadas pelo organismo da Organização das Nações Unidas para a aprovação dessa classificação.

Passados praticamente 25 anos desde esse momento, é com alarme e preocupação que analisamos o último relatório do ICOMOS sobre a matéria. O recente documento sobre “Património Mundial em Risco” inclui as ameaças que em 2019 pairam sobre a classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial da Humanidade. Este relatório vem confirmar os avisos lançados nos últimos anos por muitas pessoas e entidades que se preocupam com a preservação e valorização do património, e contém um grave aviso/alerta à retirada da classificação de Património Mundial da Humanidade.

Lembremos que para garantir a adequada proteção e valorização do património classificado, os Estados Membros da UNESCO adotaram em 1972 a Convenção do Património Mundial, criando orientações técnicas e um Comité do Património Mundial para zelar pela conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património de Valor Universal Excepcional. E quando um bem classificado começa a perder autenticidade ou há um desvirtuamento grave do seu significado cultural, o Comité do Património pode considerá-lo património em risco. Foi o que sucedeu a vários bens classificados como património mundial em 23 países, entre os quais, o Centro Histórico do Porto. É um primeiro aviso. Um bem classificado pode ser retirado da lista do património mundial, caso as características excepcionais que levaram à sua classificação sejam desvirtuadas. O Santuário Natural de Órix em Omã é desse procedimento exemplo.

O relato técnico elaborado pelo ICOMOS Portugal e que está na base da classificação do Centro Histórico como “património em risco” aponta, acertadamente, as desastrosas intervenções nas Cardosas, em Carlos Alberto, em Sá da Bandeira (café Brasileira e Casa Forte), as demolições de interiores de edifícios que se têm mantido prática comum nos Aliados

(pensão Monumental e seguradora Garantia, entre outras) e no Loureiro (junto à Estação de São Bento) ou ainda a construção de uma torre com restaurante panorâmico na estação de S. Bento. Acresce às ameaças ao valor cultural do Centro Histórico do Porto a diminuição de população a que uma inadequada gestão da pressão turística e da especulação imobiliária por parte da autarquia não tem dado resposta.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem, aliás, tido intervenção no sentido de alertar para o problema da adulteração destes elementos urbanos e da perda das características que levaram a que este sítio fosse considerado património mundial. As intervenções no âmbito da definição de uma Zona Especial de Proteção, assim como o processo contraditório da Estação de São Bento são dois exemplos no sentido de uma intervenção que pretende proteger este património. Não se pode dizer assim que este relatório seja uma surpresa relativamente aos anteriores e aos alertas da ICOMOS ou ainda a Comissão Nacional da UNESCO e ainda da intervenção deste Grupo Parlamentar.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda está preocupado com a possibilidade de perda da classificação do Centro Histórico da Cidade do Porto enquanto Património Mundial da Humanidade, e mais ainda da irreversibilidade das transformações que suportam tal perda de classificação. Entendemos que é responsabilidade do poder autárquico e do poder central –em conjunto- um novo compromisso com políticas públicas que coloquem no centro o interesse público na defesa patrimonial, no direito à habitação e numa qualificação do espaço público e edificado que proteja a história e a cultura das pessoas da cidade.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as seguintes perguntas:

1. Quais as medidas que este ministério pretende tomar para acautelar intervenções concorrentes com os valores subjacentes à classificação do Centro Histórico do Porto, nomeadamente através da Comissão Nacional da UNESCO?
2. Vai a Comissão Nacional da UNESCO acautelar a salvaguarda do património mundial junto da autarquia responsável pelos licenciamentos em questão e outros que venham a ocorrer em oposição aos valores em causa?
3. Qual a intervenção da Comissão Nacional da UNESCO no caso de concessões ou privatização de espaços do Estado Central ou das autarquias que sejam património classificado, como ocorre com a concessão da Estação de São Bento? Foi solicitada pronúncia prévia?
4. Tem este Ministério os pareceres emitidos pela UNESCO relativamente às intervenções alvo de crítica no relatório e que possa remeter a este Grupo Parlamentar?

Palácio de São Bento, 26 de abril de 2021

Deputado(a)s

MARIA MANUEL ROLA(BE)

ALEXANDRA VIEIRA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)

LUÍS MONTEIRO(BE)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.